

EM CINCO ANOS

Crise faz disparar o número de miseráveis no Pará

REALIDADE - Desde 2014, com o início da crise econômica, 318 mil paraenses passaram a integrar a extrema pobreza, apontam dados recentes de pesquisa do IBGE

BRASÍLIA
THIAGO VILARINS
DA SUCURSAL

Mesmo com a gradual melhora dos índices econômicos no ano passado, a miséria continua avançando no Pará. Segundo dados da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais, divulgada na última semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, 998.634 paraenses viviam com menos de R\$ 145 por mês.

O número é o maior da série histórica, iniciada em 2012. O levantamento mostra que, desde o início da crise econômica, em 2014, 318.314 moradores do Estado passaram a integrar a parcelada população em extrema pobreza - um aumento de 46,8% no número de miseráveis em quatro anos (eram 680.316 em 2014). Entre 2017 e 2018, foram 102.402 mais, apontando que a retoma dado crescimento não interrompeu o aumento da miséria no Estado.

Pelos critérios do Banco Mundial, são considerados extremamente pobres aqueles que vivem com até US\$ 1,90 por dia - o equivalente a cerca de R\$ 145 por mês. Entre as famílias miseráveis do Pará, o rendimento médio em 2018 foi de R\$ 69 por mês.

Em todo o País, a extrema pobreza chegou a 13,5 milhões de pessoas, diz o IBGE

Já o número de pobres, que vivem com menos de US\$ 5,50 por dia (R\$ 420 por mês) pelos critérios do Banco Mundial, diminuiu em 20.091 paraenses de 2017 para 2018, somando 3.749.109 pessoas (44,3% da população do Pará). Porém, as famílias em situação de pobreza ficaram mais po-

bres e, por isso, o total de miseráveis aumentou.

Na comparação, com 2014, são mais 452.816 pessoas que entraram nessa faixa de pobreza. No geral, o Pará possui a quinta população mais pobre do País, atrás das margens do Maranhão (53%), Alagoas (48,4%), Amapá (45,8%) e Amazonas (45,7%).

Em todo o País, a extrema pobreza chegou a 13,5 milhões de pessoas. A maioria dessas pessoas em total vulnerabilidade social são pretas e pardas (75%), de idade até 59 anos (96%) e não possuem parte do ensino fundamental (60%). O número de pobres diminuiu em aproximadamente 1 milhão de pessoas em relação a 2017. Porém, a parcela de miseráveis aumentou para 4,5 milhões em quatro anos, desde 2014.

O crescimento da extrema pobreza nos últimos quatro anos deixa o Brasil mais distante de alcançar a metade erradicada miséria no país até 2030, na avalia-

ção de especialistas. O compromisso brasileiro foi firmado em 2015, como parte da agenda brasileira dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), organizado pela ONU.

Segundo Marcelo Neri, diretor do FGV Social (departamento da Fundação Getúlio Vargas), a razão dessa disparidade na extrema pobreza é que essas pessoas não têm acesso a postos de trabalho formais, além da queda na base de distribuição do Bolsa Família e o aumento do desemprego nos últimos anos. "Entre 2015 e 2018, 6 milhões de pessoas em todo o País passaram a viver em famílias com renda zero. A alternativa foi ir para a informalidade, e o Bolsa Família se tornou a base da renda das famílias em uma época onde as pessoas perderam os empregos", avaliou. Segundo ele, crescendo 2,5% ao ano, sem que a desigualdade aumente, o Brasil somente conseguirá o mesmo resultado de cinco anos atrás em 2030.

Falta de infraestrutura básica aflige os pobres

A Síntese do IBGE permite traçar um perfil da extrema pobreza: majoritariamente composta por pretos e pardos (75%), com idade até 59 anos (96%) e sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto (60%).

A pesquisa também revela que, em 2018, a população pobre não tinha infraestrutura básica, como coleta de lixo nas residências (9,7%), abastecimento de água tratada (15,1%) e acesso à rede de esgoto (35,7%). Para os extremamente pobres, os percentuais eram muito maiores: 21,1% residiam em domicílios sem coleta de lixo, 25,8% não contavam com abastecimento de água por rede, e 56,2% moravam em lares sem esgotamento sanitário. Segundo o IBGE, esses serviços estão diretamen-

te ligados à baixa condição de vida da população que vive em extrema pobreza. Outro dado é de que 13,6% da população em situação miserável possuía alguma ocupação em 2018. Leonardo Queiroz Athias, analista de População e Indicadores Sociais do IBGE, ressalta, no entanto, que muitos desses vínculos eram informais, com remunerações baixas. "São pessoas que não estão sujeitas a entrar no mercado de trabalho. A melhora no mercado não atinge esse pessoal, mas quem está em uma linha mais alta de renda. O pesquisador lembra que o Bolsa Família, que garante R\$ 89 por pessoa mensais, não é suficiente para tirar o beneficiário da estatística de extrema pobreza estipulada pelo Banco Mundial.